

O dilema da experiência humana

Carlos Rodrigues Brandão

Conta Konrad Lorenz em seu livro **Sobre la agresion - el pretendido mal**, que Alfred Kühn concluiu uma conferência citando estas palavras de Goethe: "A maior felicidade do homem que pensa é haver explorado o explorável e haver reverenciado tranquilamente o inexplorável". Logo em seguida explodiram os aplausos do público, e Kühn alçou a voz pra exclamar: "Não senhores. Tranquilamente não. Nunca tranquilamente".

Arsuaga e Martinez, 1998: 331

1. Nós e os outros seres da vida

A janela do lugar onde escrevo neste momento abre-se para uma floresta no Sul de Minas Gerais, no Brasil. Ao final de algumas tardes, sobretudo agora, nos meses mais quentes, alguns grupos de macacos passam entre os galhos de diversas árvores bem à minha frente. São três as espécies de macacos que habitam esta mata, de acordo com os nomes dados pelas pessoas da região: os bugios, os maiores entre todos, os sauás e os saguis, pequeninos e alegres micos.

Os mais frequentes são os bugios, que quando se afrontam por disputas de fêmeas ou de territórios fazem quase tremer toda a floresta (e as vizinhas) com seus urros poderosos. Fora estes momentos são mansos e parecem sequer nos temer. Pois do alto de suas árvores nos olham e, de vez em quando, seus olhares parecem ser de pena daqueles pobres seres sem pelos, "lá em baixo, no chão". Quase sempre os pequenos bandos chegam "em família": um macho, uma fêmea e um filhote. Quando bem pequenina, a cria do bugio vem agarrada à sua mãe (nunca ao pai). Quando maior os acompanha e aprende com pai-e-mãe os segredos da floresta e de sua vida de macaco.

Este aprendizado será rápido. Em dois ou três anos o casal deixará o filho entregue ao bando e a própria mãe, prestes a parir outra cria, poderá esquecer que aquele macaquinho do seu bando foi, em algum tempo do passado, um seu filhote. Macacos cuidam afetuosamente de uma cria a cada vez. E devem ser

desconhecidos casos em que um pai e uma mãe cuidam de toda uma prole de anos secentes.

Do outro lado da floresta, a não mais do que uns dois quilômetros vive uma das muitas famílias de camponeses lavradores da região. De modo diferente dos macacos, vivem todos no chão e, ao invés de provisórios ninhos de cipós e lianas no alto de árvores, constroem uma casa com uma vocação de permanência muito maior. A família tem quatro filhos/as, dois “maiores de idade” e dois menores. Meninos e meninas se alternam, de sorte que é uma “mocinha” a filha mais velha e um “menininho” o caçula.

Entre a família de três seres do bando de bugios e a família nuclear de seis seres dos humanos, uma notável diferença pode ser observada. Na família humana a chegada de uma nova “cria” altera em algo a “economia das relações domésticas”. Mas a mãe camponesa ficaria assustada e, provavelmente, indignada, se alguém menos avisado sugerisse que com o surgimento de um “novo filho” ela teria deixado de amar e de cuidar “de cada um dos outros e de todos e todas as filhas”.

Somos uma estranha espécie em que um misterioso elo de afeto une “para sempre” pais e filhos. Uma poderosa afeição que motivo utilitário algum explica torna perene o sentimento de uma gratuita relação entre pais-e-filhos. E, de maneira especial mãos humanas e sua prole. O que leva psicólogos a lembrarem a pais “desviantes” que... “casamento pode acabar, mas filho é para sempre”. A dor da perda de um filho de dois anos, de vinte anos, de sessenta anos trás a um par de pais um mesmo e intenso sofrimento. Uma cadela é capaz de disputar ferozmente com uma filha já também adulta um mesmo pedaço de carne. Uma mãe macaca também. Uma mãe humana alimentará primeiro os seus filhos, e comerá o que restar.

Esta relação de afeto, de amor entre pais-e-filhos observa entre os humanos uma outra direção. Em termos mais ou menos restritos ou alargados, dependendo das gramáticas sociais de cada cultura, elas tendem a se expandir. Tendem a estender-se em seu eixo vertical. De tal sorte que avós amam netos e os cuidam, se necessário. E o mesmo acontece com as relação tio-sobrinho. Da mesma maneira como descendentes são educados para amarem e respeitarem os seus ascendentes. E, quando mortos, em algumas culturas antepassados são seres verdadeiramente cultuados. Tendem a estender-se também em seu eixo horizontal. Mesmo entre as previsíveis rugas entre irmãos, em quase todas as culturas humanas as relações colaterais são afetuosamente marcadas, primeiro entre irmãos e, depois, entre primos e outros parentes consanguíneos (como uma prima) ou mesmo afins (como um cunhado).

Para além das redes do parentesco, relações regidas pelo desejo de estar-com estende-se desde a tenra infância a outros-não-parentes. Em praticamente todas as sociedades humanas e desde a remota antiguidade, “um amigo pode valer mais do que um irmão”. E a livre amizade entre duas ou mais pessoas é celebrada desde os poemas, as epopeias e os livros sagrados de praticamente todas as culturas.

De uma a outra cultura a vocação do afeto, sua direção interpessoal e sua extensão podem variar muito, pois os princípios de atribuição de identidade, associadas às regras de relacionamentos entre categorias de pessoas são muito variáveis. Mas não se conhece sociedade cuja substância mais original dos relacionamentos não contenha uma gratuita e voluntária carga afetiva.

Uma outra longa passagem de Richard Leakey poderá nos remeter aos nossos primórdios. De algum modo ela descreve um momento em que o embrião de nossa experiência do afeto tenha surgido.

A pequena Lucy caminhava penosamente pela savana africana. Gerações de continuado esforço haviam permitido que este tipo de locomoção chegasse a substituir a forma quadrúpede de caminhar de seus antepassados.

Carregada com o seu filho nos braços, ela se sentia desfalecer, enquanto se aproximava de um grupo de acácias com espinhos que se divisavam ao fundo, sob o tórrido sol tropical.

Com sua pequena estatura, apenas superior a um metro, e seus menos de trinta quilos, somente a sua astúcia lhe havia permitido esquivar-se de poderosos predadores.

Carecia de instrumentos de pedra. Havia passado um milhão de anos desde que seus antepassados, os primeiros hominídeos, decidiram abandonar a proteção do bosque e adentrar-se pelas savanas que se estendiam cada dia mais, devido à grandemudança climática que estava se produzindo. Seus parentes, os antepassados de chimpanzés e gorilas, haviam preferido a segurança do bosque e ali permaneceriam para sempre. Porque o destino pertencia aos audazes a que desafiaram os perigos dos espaços abertos.

Alguns dias mais tarde eles evolucionariam, desenvolveriam os seus cérebros e inteligências, fabricariam toda sorte de instrumentos, descobririam o fogo e afugentariam para sempre o leão, o leopardo e a hiena.

Finalmente, conquistariam o mundo. Tudo isto aconteceria se Lucy e a sua pequena criatura sobrevivessem e se unissem ao grupo de australopitecos que a aguardavam no pequeno bosque,

e que constituíam o futuro da humanidade. Lucy tinha literalmente nosso futuro em suas pernas. Leakey, 1983:18.

O nome Lucy, dado a uma imaginária pequena fêmea ancestral que nos antecedeu milhões de anos aqui na Terra, não é uma invenção ao acaso. Os pais de Richard Leakey foram também paleontólogos na África, onde desde menino Richard passou boa parte de sua vida. Sua mãe viveu a felicidade de encontrar entre as areias ferventes da África um dos esqueletos mais completos e melhor preservados em toda a história da busca de restos de nossos ancestrais. Sabe-se que seria de uma mulher e a este achado inigualável foi dado este nome: Lucy, em lembrança de uma música dos Beatles então muito em voga.

Um documentário da *BBC* sobre nossas origens, com este nome: O homem das cavernas, nos mostra uma cena ainda mais pungente e convincente. Um bando de *Australopithecus* é atacado por um outro. Na luta uma fêmea que carrega uma criancinha é morta. Uma grande águia sobrevoa o campo da luta e se prepara para tomar nas garras a criança caída ao solo. Uma outra fêmea foge com o seu bando do lugar. Mas, de repente ela para e se volta. E no meio do perigo retorna e recolhe do chão a criança que não é sua. Talvez ela não tenha salvado apenas uma frágil criança, mas toda uma humanidade.

A respeito de nós mesmo, os seres em quem a Vida se tornou humana, muitas vezes nós recordamos três perguntas encadeadas que já conhecemos e que seguirão nos acompanhado: Quem somos? De onde viemos? Para onde vamos? Qual o nosso destino coletivo?

E nos dias de hoje podemos pensar estas perguntas acompanhadas de outras: quem temos sido ao longo de nossa história? O que temos feito de nós mesmos e com os nossos outros? Quem somos agora? O que podemos fazer ainda por nós mesmos, seres humanos? Qual o nosso destino? Qual a nossa parte de responsabilidade na construção dele.

Retomemos por um momento algumas ideias vindas do capítulo anterior, sobre como nós nos criamos a nós mesmos, ao saltarmos do mundo da natureza para o mundo da cultura. Logo a seguir iremos dar um passo adiante. Partiremos em busca das origens mais ancestrais do modo de ser que nos permitiu chegar até este momento de nossa vida coletiva.

Jean-Jacques Rousseau é um dos filósofos e pensadores da sociedade humana mais conhecidos. Mesmo havendo sido um homem nascido e morto entre 1712 e 1778 suas obras permanecem lidas como se atuais. Seu livro mais conhecido é *O contrato social*, também subtítuloado, *Princípios de direito político*, escrito no ano de 1762. Este livro influenciou bastante todos os cientistas sociais e,

mais ainda, alguns antropólogos que nos esperam logo adiante. Rousseau retoma nele as perguntas sem respostas definitivas que, entre mitos e sistemas filosóficos, terão milhares de anos: “porque somos como somos?” O que torna o ser humano quem ele é: a natureza humana ou as tradições e imposições da sociedade? Como e porque, para podermos viver juntos e criar “ambientes humanos” de convivência, necessitamos criar e lidar com o que ele chamará justamente de: o “contrato social”. Mais ou menos o que estarei chamando aqui e adiante de conjuntos e sistemas de valores, de gramáticas de regras, de princípios e de códigos de preceitos sociais.

Sua pergunta essencial permanece viva até nossos dias: afinal, se desejamos ser livres, como um dos mais “sagrados direitos da pessoa humana” o que nos obriga a criarmos entre nós pactos sociais de convivência em sociedade? O que nos impele a ele? O que ele implica? Uma vez estabelecido, seja por livre consenso, seja como uma imposição arbitrária, o que ele nos impõe? A que ele nos obriga, nos limites e para além de nossa vontade, de nossa vocação, de nossa compreensão de quem somos e do como deveríamos viver?

Ora, mas o mesmo Rousseau escreveu também um livro quase tão divulgado e conhecido quanto *O contrato social*. Seu título sugere um conteúdo bastante mais árduo e conflitivo: *Discurso sobre a origem e os fundamentos da desigualdade entre os homens*, escrito em 1681, logo, vários anos após *O contrato social*. Neste livro, como já antes em *O contrato social*, Rousseau separa o que ele chama de: um ser humano e uma humanidade em “estado de natureza” (o conhecido “mito do bom selvagem”) *versus* o homem culturalmente socializado regido por uma vida social. A própria sociedade que se impõe como lugar único de vida possível para nós, cria e reproduz inevitáveis e humanamente indesejadas desigualdades sociais. Logo no início de seu livro ele lembra que “por toda a parte em que olhemos, vemos homens submetidos a ferros”.

Saltando de um pensador do passado para antropólogo de nossos tempos, com Clifford Geertz e outros vários antropólogos, acreditamos que os seres humanos, ao saltarem da natureza para o mundo da cultura criaram eles próprios teias e tramas de símbolos e significados. Criaram, com graus variados de intensão e de consciência sobre que faziam, a própria teia da complexa tessitura da *cultura*, fora da qual não há como viver uma vida humana.

Se acreditarmos em Rousseau, teremos que concordar que ao abrir mão de um inocente estado original “de natureza” e ao tornar-se um “animal social”, ou seja, um ser culturalmente político, desde os nossos primórdios de existência o *homo* abre mão de sua própria primeira liberdade para poder, afinal, realizar-se e evoluir como o que somos: seres humanos. Seres vocacionados, convidados e convidados por nós mesmos, entre nós mesmos e para nós mesmos, a criarmos vidas sociais,

sociedades que abriguem e deem sentidos a tais vidas, e sistemas de símbolos, significados, valores, preceitos e controles para nos obrigar a... conviver humanamente. Para buscar uma entre muitas alternativas de respostas a estas e a outras perguntas, sugiro que recuemos alguns passos e retomemos algumas palavras e ideias já nossas conhecidas.

2. Quem somos nós? Como somos? Porque somos como somos?

Vimos já que os nossos corpos são a natureza de que nós somos parte, transformada no ser de uma pessoa: *você, eu*.

Somos, como vimos já linhas acima, uma consciência que pensa e se pensa. Somos a aventura, a glória e o terror de termos de viver dentro de três tempos: o passado, o presente e o futuro, enquanto tudo o que vive à nossa volta contenta-se em viver um só e sensível presente. A vida, consciente de si em qualquer ser-da-vida, torna-se enfim em nós conhecedora de sua própria consciência. E ao passar de reflexa (saber e sentir) à reflexiva (saber-se sentindo e sentir-se sabendo) ela nos faz saltar da esfera do sinal à do signo e dela aos caminhos e aos abismos do sonho e do devaneio. Os animais sabem o que sabem com a carga genética da espécie. Ou aprendem o que lhes falta saber interagindo organicamente com o meio ambiente, ou através de interações pré-simbólicas com outros seres de sua espécie. Nós saltamos do sinal ao símbolo e aprendemos como eles, mas aprendemos uns com os outros, através de gestos carregados de sentido e de palavras carregadas de ideias.

Sabemos já que a *natureza* é o mundo de quem somos e o mundo em que nos é dado viver. Lembremos uma vez mais que somos, como os outros seres vivos, seres naturais. Más, à diferença deles, nós somos naturalmente humanos. E somos humanos porque somos culturalmente naturais.

Sabemos já, também, que *cultura* é todo o mundo que transformamos da natureza, em nós e para nós. Quando o Deus acreditado por hebreus, cristãos e muçulmanos disse aos seres por ele criados: *crescei e multiplicai-vos*, eles e também nós respondemos com a extensão natural de nós mesmos. Quando ele disse: *habitai a Terra*, os homens responderam transformando os seus mundos e a si mesmos. E responderam criando diferentes maneiras de não apenas colher os frutos das árvores e os peixes dos rios, mas de lavrar a terra e dar aos seus frutos e aos dos rios, nomes. Clifford Geertz, descreve isto desta maneira:

*Somando tudo isso, nós somos animais incompletos e inacabados que nos completamos e acabamos através da cultura – não através da cultura em geral, mas através de formas altamente particulares de cultura: dobuana e javanesa, hopi ou italiana, de classe alta e classe baixa, acadêmica e comercial. A grande capacidade de aprendizagem do homem, sua plasticidade, tem sido observada muitas vezes, mas o que é ainda mais crítico é sua extrema dependência de uma espécie de aprendizado: atingir conceitos, a apreensão e aplicação de sistemas específicos de significado simbólico. Os castores constroem diques, os pássaros constroem ninhos, as abelhas localizam o seu alimento, os babuínos organizam grupos sociais e os ratos acasalam-se à base de formas de aprendizado que repousam predominantemente em instruções codificadas em seus genes e evocadas por padrões apropriados de estímulos externos – chaves físicas inseridas nas fechaduras orgânicas. Mas os homens constroem diques ou refúgios, localizam o alimento, organizam seus grupos sociais ou descobrem seus parceiros sexuais sob a direção de instruções codificadas em diagramas e plantas, na tradição da caça, nos sistemas morais, e nos julgamentos estéticos: estruturas conceituais que moldam talentos amorfo. **Geertz, 1978: 62/63.***

A cultura, vimos já, é algo que sempre e inevitavelmente estamos criando. Não apenas as coisas da matéria da Terra transformadas em objetos da Vida, mas as tessituras de palavras, de regras, de códigos e de gramáticas sociais, de imagens e de ideias partilhadas que em nós tornam possível o viver e o conviver. Culturas são painéis, mas também sistemas sociais de alimentação. São vestimentas, acompanhadas de preceitos e princípios sobre modos de se vestir em diferentes situações sociais e rituais. São estruturas simbólicas e complicados sistemas de falas e de gestos entre categorias de sujeitos. Mapas simbólicos, tessituras de significados que nós próprios criamos, e em cujas tramas e teias nos enredamos de uma maneira inevitável e irreversível. Esta é a nossa liberdade e a nossa servidão. Pois é dentro, entre e através de tais teias e tramas que criamos os mundos sociais para podermos viver juntos no mundo natural que nos é dado.

Uma vez enlaçados entre símbolos e significados, uma vez mais à diferença dos animais, nós nos relacionamos com o próprio ambiente natural através de sistema de sentidos que atribuímos à natureza como um todo e a cada um de seus componentes. Vemos, ao mesmo tempo, uma árvore, um ser vivo do reino vegetal, um sentimento e um feixe de palavras: “este ano os ipês amarelos estão florindo no cerrado como há muito tempo não acontece”.

Agora estamos preparados para darmos um passo adiante.

3. *Dar, receber, retribuir – as origens da vida que nós vivemos*

Tenhamos daqui em diante presentes diante de nós estes três verbos: dar-receber-retribuir. Eles formam a cadeia de palavras-chave de um dos mais conhecidos e importantes estudos das ciências sociais de todos os tempos. Seu autor, o antropólogo francês Marcel Mauss, o chamou *Ensaio sobre a dádiva – forma e razão da troca nas sociedades arcaicas*.

Antes de percorrermos juntos algumas páginas do *Ensaio sobre a dádiva* (que em outras edições em Português aparece com o nome; *Ensaio sobre o dom*) vale a pena recordar que o *Homo* se fez humano porque aprendeu a introduzir na vida na Terra uma maneira única, complexa, consensual e conflituosa de viver-com-o-outro. Uma experiência que prolonga e torna bastante mais flexível e aberta a herança de todos os outros primatas quanto ao viver-em-bandos. Desenvolvemos a partir do que em nós era inato e se desenvolveu ao longo dos milênios, a capacidade de não apenas viver organicamente em coletividades biológicas, mas de criar, fazer variar e transformar as mais diversas formas de viver-juntos. De passar do coletivo do bando ao social da comunidade. De estabelecer na Terra não apenas uma pluralidade biológica de seres, um nós, mas uma conectividade cultural de seres: um entre-nós.

Quando Marcel Mauss realizou, há mais de cem anos, um amplo e criterioso levantamento sobre formas primitivas e arcaicas envolvendo as mais diversas relações interativas entre as culturas e as sociedades humanas, ele se deu conta de que havia em e entre todas elas um mesmo padrão universal. Suas diferenças de um modo de vida para o outro eram múltiplas e diversas e, no entanto, este padrão parecia estar presente sempre, da aurora do *Homo* aos nossos tempos pós-modernos.

Em qualquer sociedade humana as pessoas individuais, através de suas unidades sociais como as famílias, os clãs, as tribos, as comunidades, enfim, estão sempre às voltas com relacionamentos aparentemente pessoais e voluntários, mas em tudo e sempre regido por princípios de reciprocidade e por preceitos de troca. Olhadas mais de perto, essas relações pessoa-pessoa parecem ser sempre preceituais, prescritivas e criteriosamente coletivizadas. Viver em uma coletividade é estar enredado entre redes e teias de círculos e circuitos de intercâmbios cerimoniais regidos pela obrigação de dar, de receber e de retribuir. Não é que o viver em comunidade nos obriga a espontânea e generosamente ajudar os outros, prestar serviços, partilhar o nosso (precioso) tempo com outras pessoas, dar parte

do que temos a outros, na esperança de recebermos deles algo, quando devido ou necessário. Entre todos praticamente tudo se troca. Tudo se torna objeto de reciprocidades mergulhadas em rituais de que nossas "festas de aniversário" são pálidas reminiscências. E Mauss lembra que, na verdade, nunca se tratava nas sociedades arcaicas de trocas motivadas pelo interesse puro e simples do ganho. As pessoas que trocam não são indivíduos, são "pessoas morais". São atores-autores de dramas sociais, de rituais de permuta em que algumas tribos indígenas do passado e do presente viam-se envolvidas durante largo tempo de seus dias e de suas vidas coletivas.

*Nas economias e nos direitos que precederam os nossos, não constatamos nunca, por assim dizer, simples trocas de bens, de riquezas ou de produtos no decurso de um mercado entre indivíduos. Em primeiro lugar, não são indivíduos, mas coletividades que se obrigam mutuamente, trocam, contratam; as pessoas presentes ao contrato são pessoas morais - clãs, tribos, famílias - que se enfrentam e se opõem, seja em grupos, face a face, seja por intermédio de seus chefes, ou seja, ainda das duas formas ao mesmo tempo. Ademais, o que trocam não são exclusivamente bens e riquezas móveis e imóveis, coisas economicamente úteis. Trata-se antes de tudo, de gentilezas, banquetes, ritos, serviços militares, mulheres, crianças, danças, festas, feiras em que o mercado é apenas um dos momentos, e onde a circulação de riquezas constitui apenas um termo de um contrato muito mais geral e muito mais permanente. **Mauss, 1974:***

Marcel Mauss sugere algo mais estrutural, mais sistêmico e, assim, mais inevitável e mais constitutivo do próprio "chão da vida humana". Ele avança suas ideias no sentido de que não são apenas indivíduos de individualmente e de forma livre e espontânea. Dão, recebem e retribuem coisas, objetos, dons, presentes, prestações, serviços, materializações diversas do afeto, ou o que seja. Se espontânea e generosamente "fazemos tudo isto", é porque desde a mais tenra idade – e com o exemplo do que faz a mãe, um ser humano de pura doação – nós somos socializados no sentido de aprendermos tanto os gestos pessoalmente espontâneos, quando os atos socialmente impositivos da reciprocidade. Algo de que a caridade dos cristãos e a compaixão dos budistas são formas extremas, porque saltam para além da expectativa do retorno, da retribuição e se realizam como pura e simples doação de si-mesmo.

Os animais também interagem. Alguns inter-trocam afetos, para além de simples e breves atos eróticos. Muitas espécies convivem em coletividades e

algumas delas organizam-se em bandos regidos por condutas relacionais biologicamente bem definidas. E muito mais determinadas entre formigas do que entre lobos, e mais entre lobos do que entre chimpanzés bonobos. Tudo bem! Mas você nunca viu e nem verá um bugio, como os que passam diante de minha janela, trazendo de longe um cacho de frutas para alimentar um outro animal de seu bando, ferido ou já muito velho.

Regidos por códigos genéticos e submetidos a princípios orgânicos de relacionamento com o outro e com o meio ambiente, os animais convivem, mas não compartilham a vida como nós, os humanos. Nossos primeiros ancestrais eram caçados e caçavam como as onças ou os leões. No entanto, ao invés de levarmos as fêmeas para a caçada e ao invés de devorarmos, cada um por si, “ali mesmo” as carnes do animal morto, nós aprendemos a deixar fêmeas, crianças, velhos e feridos nos acampamentos. E inauguramos no mundo uma conduta inovadora: trazer o alimento para quem ficou. Animais nunca velam e jamais enterram os seus mortos e nem oram por eles. Nossos primeiros ancestrais também não. Mas já o Homo de Neandertal que nos antecedeu enterrava os seus mortos acompanhados de adornos e objetos que fariam falta ao grupo dos vivos da comunidade.

Se conseguimos chegar a uma forma peculiar de existir-no-mundo e de partilhar-um-mundo, este acontecimento fundador terá sido possível por descoberto e desenvolvido – e nunca ao acaso, como sugerem alguns – de tornar colaborativas, cooperativas e corresponsáveis as nossas interações mais essenciais. Isto mesmo quando elas desde a aurora do humano surgiram entrecortadas com contra-condutas competitivas, conflitivas e individualistas. Criamos culturalmente sistemas de estar-e-viver-com-o-outro para as nossas soluções adaptativas que não representam apenas um “passo a mais” na trajetória de invenções dos seres vivos, mas um verdadeiro salto de qualidade.

Quando nosso antigo ancestral, Ramapithecus, saiu da floresta para a savana aberta, deu-se um inevitável fortalecimento de sua organização social. Até mesmo nos fósseis mais antigos aparecem evidências de uma infância prolongada.

Como a caça e a coleta e a partilha de alimentos também provocaram maior tensão na cooperação e organização grupal, os homínídeos que mais prosperaram foram aqueles capazes de conter seus impulsos imediatos, e de conduzir o impulso dos outros em direção a esforços cooperativos.

*Eles foram a vanguarda a raça humana. **Leakey e Lewin, 1980: 190.***

A duras penas nós aprendemos a criar, a consolidar e a inovar alternativas múltiplas e mutáveis, complexas e diferenciadas de vivermos as nossas interações. Criações inovadoras do vivermos as nossas relações: eu-me, eu-outro, eu-nós, nós-nós, nós-outros. Soluções negociadas e consensuais com que aprendemos a experimentar e estabelecer os nossos relacionamentos com a natureza. E também a praticar este arrojado salto não apenas de maneira naturalmente adaptativa, como entre os pássaros, os lobos e os macacos, mas segundo padrões culturais crescentemente criativos e transformadores.

Aprendemos a guerrear, é bem verdade. E somos lastimavelmente a quase única espécie de seres vivos capaz de praticar e repetir endo-assassinatos, genocídios e etnocídios. Mas aprendemos algo antecedente a isto e a tudo o mais. Aprendemos a sair-de-nós-mesmos e intercambiar bens, serviços, pessoas e mensagens com os outros.

Ao saltarmos da natureza (sem nunca sair dela) para a cultura (sem nunca realizá-la plenamente) aprendemos a ser recíprocos. E sobrevivemos porque não nos esquecemos disto. Se você resolver fazer um inventário dos gestos afetivos e dos atos efetivos de uma semana em sua vida, verá que, a menos que você seja um solitário individualista assumido e empedernido, boa parte de tudo eu você vive a cada dia é vivido em contextos de entre-nós. Mesmo que cada vez mais “à distância e eletronicamente”, você se verá experimentando as mais diferentes situações de trocas e reciprocidades de seu tempo, de suas ideias e palavras, de seus afetos, de seus dons, da comida que você prepara todos os dias para você e também para alguém que não você (e que pelo menos em troca deveria lavar os pratos), até os presentes que você se obriga generosamente a “dar” a outras pessoas nos “seus momentos”, e os presentes que você recebe num dia de aniversário.

4. a reciprocidade - trocar pessoas, trocar bens, trocar mensagens

Creio que estamos prontos agora para dar um passo a mais em nossas reflexões, saltando da obrigação contratual e societária do dar-receber-retribuir, para uma compreensão dos fundamentos mais humanamente profundos da reciprocidade. Este passo nos leva a viver por um momento um diálogo com o antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, através da leitura que dele faz Serge Moscovici, com quem já nos encontramos neste livro.

Nas coletividades animais existem seres biologicamente diferenciados a partir de uma distinção original e essencial entre machos e fêmeas. Existem seres

em posições diferentes na escala dos ciclos de vida: os recém-nascidos, as “crianças”, os “jovens”, os “adultos” e os “velhos”. As relações entre os diferentes indivíduos de um mesmo bando estão quase todas “impressas” organicamente nas disposições comportamentais e interativas.

Assim é que entre as diferentes espécies de macacos antropomorfos existem bandos em que um macho único, ou um número muito pequeno de machos detém a posse de todas as fêmeas. E apenas ele, ou eles, geram proles com elas. Já, em outras espécies, machos e fêmeas formam pares estáveis ou semi-estáveis, como em algumas sociedades humanas. E nelas o poder de controle de um macho dominante torna-se bastante mais relativo. Em *Sociedade contra a natureza* Serge Moscovici chama o primeiro tipo de ordenação da unidade animal de *grupo de clique*, e, a segunda, de *grupo de camaradagem*. Não nos espantemos com o fato de que em algumas sociedades humanas primitivas. Afinal, viemos de um tronco comum de existência.

Ora, os primatas humanos não foram dotados pela natureza de tais sistemas organicamente reguladores de relacionamentos com os outros, individual ou coletivamente. Códigos genéticos que prescrevem sobretudo as relações de sedução, acasalamento e de cuidado da prole. E se os nossos primeiros ancestrais em algum momento viveram experiências interativas de ordenação do grupo e de organização de formas “naturais” de organização do acasalamento e da procriação, por certo elas foram sendo perdidas no seu todo ou em grande parte ao longo do curso do nosso próprio processo de *hominização*.

Precariamente dotados de preceitos-da-espécie, realizados como verdadeiros códigos de *leis biológicas* para a gestão das unidades sociais primitivas, os seres humanos foram obrigados a produzir culturalmente os princípios generativos do seu inovador conviver, ou viver-com. Ao longo do tempo este processo aperfeiçoou sistemas culturais de reconhecimento de si-mesmo e do outro. Vamos chamá-los de sistemas simbólicos de atribuição de identidades. Através deles, passo a passo onde existiam indivíduos conotados por semelhanças e/ou por diferenças biológicas, começaram a coexistir pessoas auto e alter-identificadas de acordo com padrões culturalmente simbólicos e socialmente impositivos. Isto é, sistemas tão livres (e por isto entre diferentes culturas eles são tão diversos) quanto arbitrários (porque sociedade alguma os prescinde) de atribuição de tipologias-da-pessoa, de nomes, de posições entre sistemas que vão da família nuclear ao todo de um “povo”, e de significados relacionais do tipo: “quem é quem entre nós e para além de nós”.

Assim, no interior de diversos sistemas culturais, somos algo mais do que machos e fêmeas, crianças, jovens e adultos biológicos. Sendo organicamente

machos e fêmeas, somos também genitores e gerados. Somos seres vivos originados de progenitores biológicos, transformados em pais e filhos, em mães e filhas, em irmãos e em irmãs, em primos cruzados e primos paralelos, em esposas e em amantes, em avós e netos, sobrinhos e tios, padrinhos e afilhados. Seres biológicos agora tornados sociais e inseridos em-e-entre sistemas de princípios de identidade e, também, de preceitos de interações.

Mas em que princípio fundador estariam alicerçados tais sistemas originários e impositivos de atribuição de identidades e de prescrição de interações interpessoais, como o piscar o olho para uma futura namorada, e de intercâmbios sociais através de pessoas, como o casar-se e gerar filhos com ela?

A origem de tudo estaria no que terá feito emergir entre nós, os seres humanos, o “momento zero da cultura”. Este momento está na prescrição cultural da proibição do incesto. E está de igual maneira em sua contraparte: a obrigação da reciprocidade.

Se não houvéssemos aprendido a viver-com, a conviver, a partilhar, a nos submetermos às gramáticas sociais de nossas famílias, redes de parentes, clãs, grupos de idade, equipes de trabalho, comunidades, povos e nações, não teríamos chegado a ser quem somos, Não teríamos sequer sobrevivido como uma espécie de ser-vivo na Terra. Pois aquilo que nos animais é inato e determina o proceder do indivíduo em favor do bando e o proceder do bando em nome da espécie, entre nós, os seres humanos, precisou ser criado, consensualizado, estabelecido simbólica e socialmente. E, em todo o seu acontecer, ensinado e aprendido.

A proibição social do incesto e o seu dever solidário da reciprocidade são as duas faces de um mesmo princípio original de criação da própria experiência humana. Como vimos, sobre o acontecimento natural que gera biologicamente a fêmea, a criança e a mulher adulta, geramos culturalmente a mulher (um gênero e, não, um sexo). Ao lado de sistemas culturais de classificação de categorias identitárias de pessoas sobre uniformidades de indivíduos biológicos, estabelecemos princípios que regulam padrões de interações, entre permissões e proibições.

E a mais primária delas terá sido a interdição de acasalamento entre determinadas categoriais de homens e de mulheres. Filhos não casam e nem procriam com suas mães, e apenas em raras situações e culturas, os irmãos acasalam com as irmãs. Este é dilema original de Édipo, que as teorias da psicanálise compreendem de uma maneira e, a antropologia de uma outra, ou outras. E de acordo com as tendências de um lado e de outro, elas tanto discrepam quanto convergem.

Podemos imaginar que entre os nossos primeiros ancestrais já humanizados, ou hominizados, a proibição do incesto gerou uma e estranha e pesarosa contradição. Nós, os humanos, geramos filhos e filhas. Criamos filhas com desvelo e cuidados e, se preciso, damos as nossas vidas por elas. No entanto, à exceção – e mesmo assim sempre relativa – das raras culturas com sistemas endogâmicos de união entre homens e mulheres, nós destinamos nossas filhas a uniões com homens situados fora da família e, com menores rigores, fora da teia próxima de parentes. Elas são retiradas de um lar e de uma família para se unirem e gerar filhos fora também de seu clã original e, de preferência, fora do grupo local.

Compreendamos, desde a sua outra face, este princípio humano de organização social da relação afetivo-produtiva através da união entre homens e mulheres e da geração de uma prole. Ao tornar interdita uma mulher de minha família, de meu clã, de minha aldeia, e ao culturalmente destiná-la a “alguém de fora”, eu me integro e participo de uma teia de intercâmbios regida por uma gramática de relações entre grupos humanos através da troca recíproca de bens, de pessoas, de símbolos e de significados. Pois quando eu reservo minhas filhas para dá-las em casamento a homens de fora de meu círculo mais próximo de parentes, eu espero que em troca que eles façam o mesmo com as suas filhas, em favor dos meus filhos, da minha família, de meu clã.

Quem esteja acostumado a ler a Bíblia, experimente prestar atenção às várias passagens em que o povo judeu enfrenta o dilema de “a quem dar a minha filha em casamento?” E verá com surpresa como boa parte das escrituras dela são difíceis tentativas de solução deste dilema original. Livros sagrados e grandes epopeias também têm não raro neste dilema, o centro ou uma parte importante de seu relato. Afinal, própria Guerra de Troia da Ilíada, de Homero, começou e durou dez anos porque um homem chamado Páris, sequestrou indevidamente Helena, a esposa de um outro homem chamado Menelau.

5. porque vivemos assim?

Não estamos sugerindo que o animal humano seja um autômato cooperativo, grupalmente orientado. Isso seria negar o que é o apogeu da herança evolucionária dos humanos: sua capacidade de adquirir cultura por meio da educação e aprendizagem.

Somos animais essencialmente culturais, com aptidão para formular muito tipos de estruturas sociais. Mas um impulso de raiz biológica para a cooperação e para o trabalho em

grupo proporciona um suporte básico para aquelas estruturas.

*O comportamento cooperativo, nascido de nossa herança de caça e coleta, combina-se com a natureza social dos primatas, há longo tempo estabelecida, para galvanizar unidades sociais com uma extraordinária habilidade para superar os desafios ambientais. Sem dúvida essa é a razão pela qual fomos tão bem sucedidos como espécie em evolução. **Leakey e Lewin, 1980: 223***

Ora. Esta terá sido talvez a aprendizagem mais ancestralmente humana e humanizadora: aprender a sair de si-mesmo e abrir-se ao outro. Saber renunciar ao que é “meu” ou “nosso” em favor de quem é “o outro”. Impedir que coisas e pessoas fiquem presas ao círculo do que é “nosso”, e torná-los seres ou objetos de transação. Prescrever e observar gramáticas de intercâmbio e reciprocidade, substituindo o sequestro, o roubo e a guerra, pela aliança e a troca.

“Façamos a paz, casemos nossas filhas”, é uma antiga e sábia fórmula que consagra este princípio que tornou possível a sociedade humana e, assim, a continuidade de nossa própria experiência sobre a Terra. Em antropologia se diz que um dos princípios da exogamia – uniões maritais fora do clã, regidos pelo preceito de “casar fora ou morrer fora - foram a chave da sobrevivência de uma espécie de animal tão generosamente solidário e tão competitivamente aguerrido.

Entre idas e vindas, entre acertos e desencontros, toda a sociedade humana se preserva e transforma na medida em que conserva e inova sistemas de reciprocidade através dos quais constantemente fluem e são trocadas entre categorias de sujeitos sociais: os seus bens, as suas pessoas e as suas mensagens.

Não foi originalmente com palavras divinas, com promessas vagas promessas entreos humanos e nem com os preceitos da religião, tal como no Levítico, dos hebreus, que os primeiros grupos humanos aprenderam a sobrepor *regras sociais* culturalmente estabelecidas, sobre as *leis biológicas* que eles e nós compartilamos com os bandos de macacos. Religiões e preceitos como “os dez mandamentos” surgiram milhares de anos mais tarde e consagraram com palavras do sagrado as proibições e as reciprocidades com que começamos a nos hominizar.

A reciprocidade, a troca e a aliança, eis o que nos fez passar do *bando biológico* ao *grupo cultural*. Eis a pedra fundamental do edifício social da cultura. Chimpanzés, orangotangos, gibões e gorilas surgem no mundo geneticamente programados para lutarem pela posse de fêmeas, mas não para matar um outro macho do bando por causa delas, ou por causa de alimento ou território.

Nós não. E por isso tornou-se inevitável o criarmos palavras, linguagens, identidades sociais, princípios de interações, códigos de conduta, gramáticas de etiqueta, preceitos jurídicos ou mandamentos divinos, para tornar possível, desejada e compreensível a vida humana em comunidade. Através do dom, da troca e da reciprocidade nós criamos os nossos mundo de vida e de destino. Entre múltiplas expressões afetivas e efetivas, práticas ou simbólicas de fazer circular seres, símbolos, sentidos, serviços e coisas entre teias e redes de obrigações regidas pelo dar-receber-retribuir, ao mesmo tempo as culturas e as sociedades primitivas foram sendo passo a passo “inventadas”. Isto a despeito da suspeita de Claude Lévi-Strauss, para quem as proibições elementares do incesto e a obrigação interativa e social da reciprocidade devem ter sido criadas de imediato e por todas as partes onde a vida afinal fez surgir um primeiro grupo humanoide.

A passagem cultural da *lei* para a *regra* representa o trânsito do domínio animal *da natureza para o da cultura*. A partir deste salto qualitativo (pois há nele transformações significativas e irreversíveis) e não apenas quantitativo (pois não há uma simples acumulação de mudanças biopsicológicas) o *homo* não nega a sua origem natural, e nem se torna um alguém situado “fora dela”.

O “salto humanizador” dá ao “ser natural” um outro sentido e uma outra dimensão de existência. Esta diferença é e está na cultura. E origem da cultura não reside nem tanto e nem apenas no que os seres humanos acrescentam ao mundo quando o transformam através do trabalho de suas mentes. Ele está, também e essencialmente, num “que-fazer” realizado em e sobre si-mesmo.

Retomemos o que percorremos com outras e as mesmas ideias.

Os animais se acasalam segundo os seus desejos, regidos pela “lei da espécie”. Homens e mulheres se encontram, se amam, casam e geram filhos, vendo e vivendo os seus desejos transformados em símbolos de suas culturas. Em experiências pessoais vividas como iniciativas e rotinas culturais de acordo com os seus sistemas de valores e submetidos a princípios e códigos de relações pelos quais a mulher amada se transforma em esposa; o fruto do amor em um filho; e a cumplicidade estabelecida de “tudo isto” em uma família. Para além dela, como vimos já, o que começou entre mãos dadas, em um beijo, em “uma transa”, para além das fronteiras da família nuclear, converte-se em uma fração de uma rede de parentes, de uma fração de aldeia, de uma metade de uma tribo, de um momento de uma nação, de um sentido de uma identidade, de um culto de uma fé, de uma partilha de uma visão do mundo. E, para que tudo isto seja transmitido a outros e intercambiado com outros para além dos códigos genéticos, os seres humanos criam sem cessar os saberes que partilham, e os sistemas sociais de partilha do saber a que em geral damos o nome de *educação*.

E o princípio de tudo o que cria a uma só vez o ser humano, a sociedade humana e a cultura, parte de algo absolutamente novo como experiência da vida do mundo. Parte de uma tomada coletiva de decisão iniciada em atos de *renúncia de si-mesmo*, e completada com um *dar-a-um-outro aquilo que é meu*, na espera que este outro se veja pessoal e culturalmente obrigado a uma semelhante renúncia e a uma equivalente dádiva.

Acima de tudo, nós, seres humanos, somos animais sociais. Emocionalmente precisamos fazer parte de um grupo e emocionalmente estamos equipados para entender e manipular as interações com outras pessoas, seja nas relações pessoais, seja nas relações políticas. Leakey e Lewin, 1980: 60

Não somos humanos porque somos seres racionais, repito aqui uma velha fórmula já nossa conhecida. Nós nos tornamos humanos porque como indivíduos, grupos e comunidades, somos seres aprendentes. Não somos seres coletivos, somos seres sociais. Não somos seres da posse e da acumulação, e devemos não esquecer que elas são a nossa barbárie, a perda de nosso rumo e o nosso desvio. Somos seres da troca e da reciprocidade, e elas são a nossa origem e o nosso destino.

Retomemos uma vez ainda o que já foi escrito e repetido aqui. Os animais vivem isolados, vivem aos pares, vivem em bandos ou vivem em coletividades imensas e complexas, dentro de um mundo natural que lhes é dado, e circunscritos a leis naturais da espécie. Nós vivemos em grupos, em comunidades e em amplas sociedades. Vivemos entre o mundo natural que nos é dado e o mundo de cultura que criamos e que transformamos para viver e conviver regidos pelas leis naturais que compartilhamos com os animais, retrabalhadas por regras culturais que socializam em nós a natureza.

Eis-nos diante de não apenas duas teorias – pois não se trata disto – mas de duas vertentes das razões e raízes da reciprocidade e da cooperação. Uma vertente vinda das ciências da vida coloca em predisposições orgânicas da espécie o alicerce da razão solidária. Somos geneticamente seres regidos pela emoção. A emoção fundadora do ser humano é a experiência do amor. E é o exercício gratuitamente recíproco desta emoção, entre os mais diferentes relacionamentos entre pessoas e entre grupos de pessoas, aquilo que constitui a o próprio ser da vida social.

Uma outra vertente, vinda das ciências sociais, desloca para o acesso a uma saída simbólica, logo, cultural, o surgimento da reciprocidade. Pois está justamente no que nos falta geneticamente, e sobra organicamente nos animais, aquilo que nos leva a criarmos regras, princípios e gramáticas sociais de atribuição de identidades e de orientação de condutas identitárias. Condutas entre categorias de sujeitos e categorias de grupos humanos regidos por proscricções obrigatórias (o tabu do incesto) e por prescrições inevitáveis (a reciprocidade), de que derivam a troca e a circulação social de bens, pessoas e mensagens.

Estaremos vivendo a continuidade de um processo irreversível (pelo menos por agora), multifacetado e globalizante de instrumentalização utilitária do ser e do viver, do pensar e do agir, do existir e do correr (num duplo sentido da palavra) da vida de pessoas exiladas cada vez mais da condição de sujeitos de suas existências e de seus mundos sociais, para a de objetos de círculos múltiplos de interesse e de poder bastante típicos daquilo que podemos resumir por agora como “o mundo dos negócios”?

Estaremos respondendo a esta era de “final da história” e de “fim do sujeito”, de submissão de grupos humanos, povos e nações à hegemonia do capital flexível, de insegurança, volatilidade, e medo, com o recurso à fuga em direção a um individualismo incoerente e ineficaz? Estaremos a cada dia mais e mais obrigados a uma adesão – voluntária ou não – aos padrões de competência competitiva do mercado de serviços, de bens e de significados?

Estaremos partilhando, de um modo ou de outro, uma perda progressiva de nossas identidades, do sentido do ser de nossa própria pessoa, da vocação de nos sentirmos coautores de nosso próprio destino? Mesmo contra a nossa vontade, estaremos nos colocando, ou sendo por outros (quem?) colocados, tanto no mundo dos negócios quanto no mundo da vida, como seres que “valem” uns para os outros, uns contra os outros, bem mais pelo que produzem e consomem do que pelo que são e sonham? Estaremos sendo condicionados a aprender-e-ensinar uns aos outros, contra-valores a uma vocação genética ao amor e a uma vocação cultural à reciprocidade e ao dom, submetendo o primeiro pelo poder e os segundos, pelo desejo do ganho, e pela posse utilitária do outro enquanto instrumento de nossos interesses? Estaremos nos “dando” aos nossos outros através do que produzimos, possuímos e podemos e, não, como as pessoas que somos, reservando momentos e gestos de gratuidade interativa para apenas o círculo de alguns poucos parceiros de nossas reservas de afeto?

Ao olhar de alguns estudiosos do presente e do futuro próximo, bem poucas seriam as esperanças em um renascimento do humano, associado a um reverdecimento de um mundo natural exaurido e degradado. O “caminho de volta”,

ou “o caminho à frente” não existiria mais, pelo simples fato de que o fomos destruindo na medida em que íamos avançando.

Avançando em direção ao quê? Avançando rumo a um progressivo domínio da lógica do mercado e de uma perversa e funcional ética dos negócios. Um mundo em que o lucro e a posse de maneira irreversível suprimiriam a troca e o dom? Um mundo humano desumanizado em que as palavras e os gestos regidos por reciprocidade, solidariedade, amorosidade, cooperação, troca, dádiva, harmonia, igualdade e paz, tendem a tornar-se figuras de retórica na falas dos últimos místicos, poetas e iludidos?

Estaremos, neste ponto da trajetória do homo sobre a Terra, dentro de um mero jogo de metáforas antigas, a custo ainda partilhadas por alguns poucos homens e poucas mulheres aqui e ali? Mulheres e homens que ainda falam de um “outro mundo possível” antes de se entregarem às imagens e poderes de um mundo em que pessoas valem como coisas e as coisas como pessoas. Um anti-mundo humano onde o medo-do-outro torna a cada dia mais perigosa a nossa vocação ancestral de sair-de-si em busca de realizar-se no único ser que, à nossa espera, nos pode salvar, ao salvar-se através de nós: o *outro*.

Como todo este livro é uma sempre busca do “quem somos nós” através da compreensão do “como chegamos até aqui”, que uma vez mais um paleontólogo nos ajude a concluir este capítulo.

Recentemente, cientistas, escritores e outros têm tentado explicar por que a humanidade depara-se com a possibilidade de auto-aniquilamento. A ideia proposta é a de que o homem é decididamente agressivo, ideia à qual foi dada credibilidade científica por alguns estudiosos, como o Prof. Raymond Dart e o Dr. Konrad Lorenz, e que foi popularizada com muito sucesso por Robert Ardrey.

O âmago do argumento a favor dessa agressividade consiste na afirmação de que, partilhando de uma herança comum com o reino animal, por força possuímos e expressamos um instinto de agressão. E a noção é elaborada com a sugestão de que, Num certo ponto da nossa história evolucionária, deixamos de ser criaturas vegetarianas, semelhantes a certos antropoides, e nos tornamos matadores, com paladar para saborear não apenas os animais de caça, mas também nossos próprios semelhantes. Esse argumento dá uma boa história de suspense. Mais importante ainda, livra a sociedade de tentar retificar o mal no mundo, Mas é ficção - perigosa ficção.

Sem dúvida somos parte do reino animal. E é verdade que em certo ponto de nossa evolução nos separamos dos hábitos alimentares comuns aos grandes primatas e passamos a incluir uma porção significativa de carne em nosso cardápio. Mas, uma séria interpretação biológica desses fatos não leva à conclusão de que matar esteja nos nossos genes, apesar de toda a raça humana ter, de bom grado, aderido à caça como seu modo de vida. Sustentamos, ao invés, que o oposto seja verdade. Isto é, que os humanos não poderiam ter evoluído de modo extraordinário como fizeram o fizeram, se os nossos ancestrais não tivessem sido criaturas fortemente cooperativas.

*A chave para a transformação de uma criatura social, como o antropeide, num animal cultural que vive numa sociedade sobremaneira estruturada e organizada é o partilhar, o partilhar de trabalhos e o partilhar de alimentos. o alimentar-se de carne foi importante no sentido de impelir nossos ancestrais para o caminho da humanidade, mas apenas como parte de um todo de mudanças socialmente orientadas, que envolviam a coleta de plantas alimentícias e a partilha de presas. **Leakey e Lewin, 1980: 10.***